



T1960003N

EDITAL DO PROCESSO DE PROMOÇÃO POR MERECEMENTO

ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO - SEAD
DIRETORIA-GERAL DE POLÍCIA PENAL - DGPP

2ª CLASSE

Candidato(a)

Inscrição

--	--

**FRASE: "Confiança e dedicação são o caminho para o sucesso."
(Transcrever para o cartão de resposta)**

INSTRUÇÕES PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA

- ▶ É de responsabilidade exclusiva do candidato a conferência do material recebido no momento da prova, devendo ser verificados o caderno de prova (número de questões e páginas), falhas de impressão e dados pessoais impressos em todos os documentos recebidos.
- ▶ Caso seja verificado algum erro ou defeito de impressão no caderno de prova ou no cartão de respostas o candidato deverá solicitar sua substituição, sendo de sua inteira responsabilidade prejuízos decorrentes da não solicitação da substituição.
- ▶ O candidato deverá informar no cartão de resposta o tipo de prova conforme especificado no caderno de provas, sob pena de eliminação. As respostas às questões objetivas devem ser preenchidas da seguinte maneira: ●
- ▶ O candidato deverá transcrever as respostas da prova para o cartão de respostas, que será o único documento válido para correção, utilizando caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira e/ou borracha durante a realização da prova.
- ▶ O prazo de realização da prova é de **3 horas**.
- ▶ O candidato que se retirar da sala de prova sem a devida autorização e/ou desacompanhado de um fiscal não poderá retornar em hipótese alguma.
- ▶ O candidato deverá permanecer no local de realização da prova por, no mínimo, 1,5 (uma e meia) hora após o início da mesma, sendo que, a partir desse momento e mediante a entrega do cartão de respostas devidamente assinado, poderá deixar o local de provas, sem levar consigo o caderno de provas.
- ▶ Decorridos 2h15min (duas horas e 15 minutos) de realização de prova, ou seja, 45 (quarenta e cinco) minutos antes do encerramento do tempo da prova, o candidato poderá deixar o local levando consigo o caderno de provas.
- ▶ Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala somente poderão entregar os respectivos cartões de respostas e retirar-se da sala de aplicação da prova simultaneamente.

**Prova
01**

**Não se esqueça de
marcar a o número
acima na folha de
respostas!**

**Fraudar ou tentar fraudar
Processo Seletivo é Crime!
Previsto no Art. 311 - A do
Código Penal**

Boa prova!

Procedimento Operacional Padrão – POP / DGAP/20218

1

Em relação à temática rotinas de serviços (P.O. n.º 01), contenções são “espaços das unidades que delimitam os acessos entre outros locais como alas, setores, corredores etc. Têm como objetivo controlar o acesso e o trânsito de pessoas no interior da unidade, assim como isolar os espaços e resguardar a segurança dos profissionais e dos presos e, ainda, proteger a estrutura física da unidade.” Dessa forma, assinale a alternativa CORRETA, que corresponde à atribuição prevista do servidor da Polícia Penal em tais espaços.

- (A) Promover a aglomeração de pessoas dentro da contenção para facilitar o controle de entrada e saída.
- (B) Abrir no máximo 3 (três) portões de cada vez, independentemente dos outros estarem fechados ou abertos.
- (C) Manter os portões abertos e destravados, facilitando o deslocamento de pessoas.
- (D) Decidir a prioridade da pessoa que entra ou sai da contenção, visando, essencialmente, a segurança nos espaços.

2

O Procedimento Operacional n.º 02 (sistema de controle de acesso) delimita protocolos para visitantes de presos que sejam crianças e adolescentes. É CORRETA a seguinte ação:

- (A) A visita de menores em estabelecimentos penais terá a duração máxima de 01 (uma) hora.
- (B) É expressamente proibida a visita de menor que tenha sido vítima de violência sexual praticada pelo (a) preso (a) ou com a sua convivência, salvo por determinação judicial.
- (C) Nos dias de visita de menores é permitida a visita íntima, desde que o representante legal, acompanhante do menor, seja cônjuge ou companheiro (a) do preso.
- (D) Nos dias específicos de visita de crianças e adolescentes, será também permitida a entrada de alimentos não perecíveis e produtos de higiene.

3

O sistema de controle de acesso (P.O. n.º 02) estabelece ações em decorrência de visitas de autoridades, advogados e oficiais de justiça. Assinale a alternativa que corresponde à ação CORRETA, haja vista que pode se constituir um momento de fragilização da segurança do estabelecimento penal.

- (A) O preso poderá receber atendimento de um ou mais advogados simultaneamente, porém o(s) advogado(s) deverá(ão) atender um preso por vez.
- (B) É permitido que os advogados entreguem dinheiro ao preso, desde que haja a verificação da regularidade do registro profissional. Tal ação deverá ser relatada em livro de ocorrência e comunicada prontamente ao chefe imediato (de plantão, segurança e/ou da unidade).
- (C) Os objetos proibidos de ingressar nas unidades penitenciárias permanecerão sob a responsabilidade ou custódia dos servidores do Sistema Penitenciário.
- (D) A entrevista do preso com seu advogado, legalmente constituído, realizar-se-á em parlatório ou no setor jurídico competente.

4

No sistema de escoltas (P.O. n.º 03), o embarque e desembarque do preso demandam atenção da guarnição em relação ao procedimento correto a ser efetuado. São consideradas possibilidades de erros, EXCETO:

- (A) Conduzir o preso sem algema.
- (B) Algemar o preso em peças ou equipamentos da viatura.
- (C) Realizar revista pessoal minuciosa e nos pertences.
- (D) Embarcar número excessivo de presos na viatura.

5

O Procedimento Operacional n.º 03 (sistema de escoltas) engloba o transporte ou escolta de presos para o hospital. São consideradas ações corretivas nesse tipo de missão, EXCETO:

- (A) Caso haja solicitação do profissional de saúde para retirada das algemas, o agente deverá ponderar a possibilidade de adequação, no sentido de atender ou não à referida solicitação.
- (B) Caso haja internação do preso, manter contato com a unidade de origem para designação da custódia.
- (C) Caso haja transporte de gestante ou pessoa com deficiência, as mesmas serão conduzidas no cubículo da viatura sem algemas, devendo ser adotados cuidados especiais de segurança na condução.
- (D) Caso haja internação, repassar o preso para os agentes substitutos, transmitindo possíveis recomendações de segurança.

6

No sistema de revistas (P.O. n.º 04), em se tratando de crianças e adolescentes, a revista deverá ser realizada por servidor do mesmo sexo da criança ou do adolescente e, além disso:

- I. Na presença do representante legal.
- II. Em um local adequado e seguro.
- III. Por meio de aparelho de detecção eletrônica, como scanner corporal, detector de metal portátil e/ou similar, sem nenhum contato entre o servidor e o menor.

É VERDADE o que se afirma em:

- (A) apenas no item I.
- (B) apenas no item II.
- (C) apenas nos itens I e III.
- (D) I, II e III.

7

Na revista pessoal minuciosa (P.O. n.º 04), a observância das ações é primordial para que não ocorra reações de presos contra os servidores penitenciários. É CORRETA a seguinte ação:

- (A) Verificar se a apresentação pessoal do preso está conforme estabelecida em regimento da administração penitenciária (homens: cabelo preso, barba curta, unhas curtas, etc. mulheres: cabelo curto, unhas cortadas, etc.).
- (B) O servidor penitenciário de apoio (contenção) deve posicionar-se a uma distância segura, portando espingarda cal. 12 com munição de baixa letalidade e de forma a manter o servidor responsável pela busca pessoal fora da linha de tiro.
- (C) Verbalizar com o preso que se trata de procedimento de revista pessoal minuciosa e que qualquer movimento sem permissão poderá ser entendido como ameaça aos servidores, justificando o uso da força letal.
- (D) Realizar o procedimento com o mínimo de 2 servidores, estando um desarmado e outro armado com espingarda calibre 12 carregada com cartucho calibre 12 GA de chumbo 3T.

8

Quando se trata de movimentação interna (P.O. n.º 05), há que se garantir os procedimentos corretos na retirada de presos para banho de sol. São consideradas possibilidades de erros, EXCETO:

- (A) Realizar o procedimento sozinho, desacompanhado de escolta.
- (B) Fazer o procedimento com armamento e munições de baixa letalidade.
- (C) Não cumprir a Lei de Execução Penal.
- (D) Probabilidade de ocorrer motins e rebeliões.

9

Observe a fotografia abaixo relacionada com os procedimentos de retirada de preso da cela (P.O. n.º 05) e, após, marque a alternativa CORRETA quanto às atividades críticas. Assim, o Policial Penal deverá:



Fonte: Procedimento Operacional Padrão, 2018.

- (A) Determinar que todos os presos se posicionem próximo à entrada da cela, sendo que o preso que será retirado deverá estar de costas.
- (B) Determinar que o preso a ser retirado se aproxime da porta da cela, que deverá estar parcialmente aberta para que o mesmo, de costas, coloque suas mãos pela abertura a fim de que o servidor proceda com o algemamento.
- (C) Conduzir o preso para uma área de segurança, segurando as algemas sempre com a mão forte (no caso da pessoa destra, segurar a algema com a mão direita e, no caso da pessoa canhota, segurar a algema com a mão esquerda).
- (D) Posicionar um ou mais servidores penitenciários de fora do portão da ala, para fazer a segurança do servidor que irá abrir a cela.

10

No Procedimento Operacional n.º 06 (sistema de contagem de presos), o Policial Penal realiza três tipos de conferência de preso: nominal, visual e de revista. Dessa forma, faça a análise dos itens a seguir:

- I. Na conferência de revista, quando do retorno à cela, após o banho de sol, buscam-se materiais ilícitos na posse do preso, sendo que essa revista consiste, basicamente, em ordenar que o preso levante a camiseta e abaixe a calça/bermuda.
- II. Na conferência nominal, o servidor da administração penitenciária, plantonista do dia, deverá citar o último sobrenome do preso. Em seguida, o preso responde com seu primeiro nome, completando com o sobrenome completo de forma audível para evitar confusões de nomes semelhantes.
- III. Na conferência visual, o servidor encarregado do procedimento de chamada, no propósito de evitar os casos de homônimos, solicita ao preso que fique de pé, enquanto que os demais permanecem sentados, como sinal de conferência visual do preso dentro da cela.

É VERDADE o que se afirma em:

- (A) apenas no item I.
- (B) apenas no item II.
- (C) apenas nos itens I e III.
- (D) I, II e III.

11

No sistema de contagem de presos (P.O. n.º 06), há procedimentos de segurança que devem ser observados, principalmente no que tange às ações corretivas.

- I. O servidor realizador do procedimento, ao trancar as celas, em hipótese nenhuma, deverá estar portando arma de fogo.
- II. Convém que o policial penal efetue o procedimento de forma individualizada e, se preciso for, se sua vida estiver em risco, solicitará apoio de outros servidores por intermédio do radiotransmissor.
- III. A escolta armada com material bélico, visando o uso da força letal, deverá estar posicionada próximo à ala em que se encontra o servidor que realiza o procedimento de forma individualizada.

É VERDADE o que se afirma em:

- (A) apenas no item I.
- (B) apenas no item II.
- (C) apenas nos itens I e III.
- (D) I, II e III.

12

Quando se trata de sistema de comunicação e operação em radiocomunicação, há normas que devem ser respeitadas (P.O. n.º 07). São consideradas corretas as seguintes ações, EXCETO:

- (A) A linguagem utilizada deve seguir a ética elegante ou técnica, portanto, não use gírias, jargões ou palavras de baixo calão.
- (B) Não extravasar pelo rádio, falhas de medidas ou atitudes de órgãos ou rádio-operadores. Isso deve sempre ser feito por escrito ao responsável.
- (C) O uso do "trote" deve ser comedido. Momentos descontraídos são salutares, mas que não se torne uma regra quando o radiocomunicador estiver sendo operado.
- (D) A cortesia e a amistosidade devem ser cultivadas sempre.

13

O Procedimento Operacional n.º 07 (sistema de comunicação e operação em radiocomunicação) prevê o emprego do código "Q" na comunicação via rádio. Veja o exemplo a seguir de um diálogo e logo após assinale a alternativa CORRETA.

Policia Penal 01: "02, na escuta?"

Policia Penal 02: "Na escuta, 01."

Policia Penal 01: "O chefe imediato está solicitando sua presença."

Policia Penal 02: "QSL."

Policia Penal 01: "02, QTA."

Em relação ao código QSL e QTA:

- (A) Ao dizer QSL, o 02 informou ao 01 que estaria ocupado naquele momento.
- (B) Ao dizer QTA, o 01 informou ao 02 que a transmissão estava com interferência.
- (C) Ao dizer QSL, o 02 solicitou que o 01 retransmitisse a mensagem.
- (D) Ao dizer QTA, o 01 informou ao 02 que a mensagem ou ação estava cancelada.

14

O Procedimento Operacional n.º 07 (sistema de comunicação e operação em radiocomunicação) prevê o emprego do alfabeto fonético internacional e a leitura de algarismos na comunicação via rádio. Veja o exemplo a seguir de um diálogo:

Policia Penal 01: "02, na escuta?"

Policia Penal 02: "Na escuta, 01."

Policia Penal 01: "Informe, por obséquio, a placa do veículo que se encontra estacionado em frente ao portão da Central de Triagem."

Policia Penal 02: "GKB1600."

Em relação à placa do veículo informada, e de acordo com o POP em questão, é CORRETA a seguinte linguagem:

- (A) GAMA, KEBEC, BRAVO, PRIMEIRO, SEXTO, ZERO, ZERO.
- (B) GOLF, KILO, BRAVO, PRIMEIRO, SEXTO, NEGATIVO DOBRADO.
- (C) GOLF, KILO, BETA, PRIMEIRO, SEXTO, NEGATIVO, NEGATIVO.
- (D) GAMA, KEBEC, BETA, UM, SEIS, ZERO DOBRADO.

15

No Procedimento Operacional n.º 08 (uso legal da força), o Policial Penal deve empregar o uso seletivo da força, ou seja, os meios adequados, necessários e indispensáveis para conter ou repelir determinada agressão de um indivíduo ou grupo, configurando-se uma intervenção compulsória autorizada pela Lei. Dessa forma, assinale a alternativa CORRETA em relação ao conceito de controle físico exercido pelo policial penal diante de uma resistência ativa do agressor.

- (A) É a simples presença com postura distinta e exemplar do servidor do Sistema Penitenciário, diante de um determinado comportamento por parte do agressor.
- (B) É a utilização das técnicas de condução e imobilização, inclusive por meio de algemas, utilizadas diante da resistência do agressor, que age em um nível preliminar de desobediência.
- (C) É o emprego da força suficiente para superar a resistência do indivíduo, o qual desafia fisicamente o servidor do Sistema Penitenciário, como num caso de fuga. Cães e agentes químicos podem ser utilizados.
- (D) É o uso de todos os métodos não letais, por meio de gases fortes, forçamento de articulações e uso de equipamentos de impactos, como tonfa, e equipamentos de incapacitação neuromuscular, diante de uma agressão não letal pelo agressor: uma resistência hostil e física contra o servidor do Sistema Penitenciário.

16

Em relação à retirada e condução de custodiados em situação de estresse (P.O. n.º 08), o Policial Penal deve:

- I. Acionar reforço/apoio para execução de ações com uso seletivo da força.
- II. Buscar isolar os indivíduos alvos da ação em relação à massa carcerária.
- III. Não realizar qualquer procedimento que exponha a vida e a integridade física dos servidores em resposta da escassez de recursos (humano e bélico).

É VERDADE o que se afirma em:

- (A) apenas no item I.
- (B) apenas no item II.
- (C) apenas nos itens I e III.
- (D) I, II e III.

17

O gerenciamento em situações críticas e de crises (P.O. n.º 09), no Sistema Penitenciário, é o processo de identificar, obter e aplicar os recursos necessários à antecipação, prevenção e resolução de uma crise. Porém, há ocorrências gerais envolvendo presos, sendo assim, segundo o POP em questão, são considerados exemplos as seguintes ocorrências desse processo (9.2), EXCETO:

- (A) Motim; rebelião.
- (B) Apreensão de aparelho de telefone celular; substâncias entorpecentes; subversão à ordem e disciplina.
- (C) Brigas, vias de fato e lesão corporal; morte no perímetro do estabelecimento prisional.
- (D) Armas ou quaisquer objetos utilizados como arma por presos.

18

O Procedimento Operacional n.º 10 (aspectos da profissão de policial penal) versa sobre o perfil do agente de segurança prisional. Dessa forma, são consideradas as seguintes qualidades, atitudes e condutas necessárias para o exercício da atividade policial penal, EXCETO:

- (A) Aptidão, liderança e comunicabilidade.
- (B) Força, ponderação e absentismo.
- (C) Empatia, criatividade e perseverança.
- (D) Autoridade, flexibilidade e equilíbrio emocional.

19

Os aspectos da profissão de policial penal (P.O. n.º 10) englobam o perfil profissiográfico do cargo. Em relação ao cargo, são corretas as características, EXCETO:

- (A) Efetivar as disposições da sentença à luz da Lei de Execução Penal.
- (B) Promover a segurança do custodiado, bem como da unidade prisional em que atua, mantendo a disciplina.
- (C) Intermediar transação comercial, serviços ou favores aos custodiados ou seus familiares.
- (D) Vigiante, fiscalizar, escoltar, inspecionar, revistar e acompanhar os custodiados, zelando pela ordem e integridade física, moral e mental deles, assim como executar as ordens recebidas, zelando pelo bem da unidade prisional.

20

Constam nos procedimentos cartorários (P.O. n.º 11), o processo de inclusão/ reinclusão do preso. Em relação a essa temática, são consideradas ações corretivas, EXCETO:

- (A) Caso, pela verificação visual, o preso apresente condições físicas diversas da informada no laudo, o mesmo poderá ser recebido desde que ocorra a emissão de novo laudo médico em 24 horas.
- (B) Caso a inclusão/reinclusão do preso ocorra excepcionalmente em período noturno ou no fim de semana, deve-se sempre repassar ao cartório, no expediente seguinte, toda documentação para conferência.
- (C) Caso o preso tenha condenação somente em outra Comarca ou outro Estado, o mesmo só poderá ser recebido se houver autorização do juízo da Vara de Execuções Penais ou do juiz responsável pela Comarca da UP.
- (D) Caso o preso já tenha cumprido pena, ou já tenha passagem pela UP, deverá ser feita a juntada da nova guia de recolhimento criminal do prontuário antigo dando continuidade ao histórico prisional do preso.

Protocolo de Contingenciamento em Cenários de Crise da Polícia Penal de Goiás

21

Num cenário que exige atenção, onde é possível detectar indícios de que haverá algum movimento de sublevação da ordem e da disciplina por parte dos apenados, tais como movimentos com suspensão de atividades e recebimento de alimentação por parte dos presos, o diretor da unidade prisional deverá:

- (A) Iniciar a repressão imediata dos detentos envolvidos.
- (B) Comunicar o fato ao Coordenador Regional.
- (C) Evacuar a área onde foram encontrados os indícios.
- (D) Interromper todas as atividades na unidade e isolar os detentos.

22

O Protocolo de Contingenciamento em Cenários de Crise da Polícia Penal de Goiás foi constituído segundo alguns objetivos, sendo um deles:

- (A) Estabelecer processos e protocolos de atuação conjunta entre forças da Polícia Penal e demais forças de segurança pública de Goiás, na atuação integrada em cenários de crises com maior proporção e abrangência, como rebeliões simultâneas em Estabelecimentos Penais; eventos de resgates em Unidades Prisionais Regionais, Estaduais ou Especiais, entre outros.
- (B) Revisão mensal ou quando do surgimento de uma situação nova que não fora prevista e seja relevante (que comprometa segurança), podendo alterar procedimentos para melhor adequação à realidade nas ações.
- (C) A formação de uma doutrina rígida e imutável.
- (D) Quando possível manter a ordem, disciplina e respeito em todos os estabelecimentos penais de Goiás, e em caso de haver a necessidade de reação em um cenário de crise, mitigar falhas e ampliar as possibilidades de sucesso da missão de garantir segurança pública de forma plena ao povo goiano.

23

Num cenário de crise, até que tenha um policial penal capacitado tecnicamente para figurar como negociador, o servidor que primeiro tenha atendido a ocorrência e iniciado as negociações com os causadores de eventos críticos, deverá:

- (A) Comunicar a imprensa.
- (B) Ausentar-se do local e aguardar apoio.
- (C) Atuar como negociador.
- (D) Solicitar apoio imediato a outras forças de segurança.

24

Qual órgão é responsável pela execução das medidas do Protocolo de Contingenciamento em Cenários de Crise da PPGO?

- (A) Ministério Público.
- (B) Polícia Militar.
- (C) Polícia Penal.
- (D) Corpo de Bombeiros.

25

Durante a organização do cenário, a ação “conter” consiste em:

- (A) Manter a ordem pública, localizando líderes do movimento e iniciando a negociação.
- (B) Garantir a segurança dos detentos por meio de ações de mitigação de danos, prioritariamente ao patrimônio público material.
- (C) Evitar danos ao patrimônio público, convocando todo o efetivo para o local foco, forçando a redução de danos por meio da força armada.
- (D) Evitar que a crise/evento crítico se estenda para outras dependências, impedindo o aumento do raio de ação dos causadores. Em uma unidade prisional, significa evitar que a crise se espalhe de uma ala para todas as demais.

26

No caso de eclosão de um evento crítico/crise, a organização do cenário poderá ser iniciada:

- (A) Pelos primeiros policiais que presenciarem.
- (B) Exclusivamente pelo negociador oficial.
- (C) Necessariamente pelo diretor da unidade.
- (D) Pelo comando tático, para manter maior celeridade.

27

A existência de perpetradores externos causadores de grave crise, tendo em seu poder material bélico e/ou artefatos explosivos, constitui um risco de:

- (A) 1º Grau.
- (B) 2º Grau.
- (C) 3º Grau.
- (D) 4º Grau.

28

Um cenário de crise é uma situação ou evento inesperado que provoca uma interrupção significativa nas operações normais de uma organização ou comunidade, exigindo uma resposta rápida e coordenada. De acordo com o protocolo, na área amarela poderá permanecer:

- (A) A imprensa.
- (B) Policiais Penais que não estejam diretamente ligados à ação.
- (C) Grupo de negociadores.
- (D) Curiosos.

29

Durante uma crise de 1º Grau, será responsável pelo nível de resposta de forma definitiva:

- (A) O diretor da unidade prisional ou Coordenador Regional.
- (B) A equipe de negociadores.
- (C) O Secretário de Segurança Pública.
- (D) O governador.

30

Quanto ao grau de risco da crise ou evento crítico, o objetivo da classificação é o melhor emprego dos recursos com máxima eficiência. Essa classificação destaca quatro níveis, sendo o de 3º grau:

- (A) Uma crise de baixa intensidade, como uma briga entre detentos.
- (B) Subversão da ordem de forma generalizada com refém ou vítima, tendo ou não presença de arma de fogo.
- (C) Uma revolta que afeta administrativamente toda a unidade prisional.
- (D) Um incidente isolado, sem repercussão externa.

31

A organização do cenário poderá ser iniciada pelos primeiros policiais que presenciarem a eclosão do evento crítico/crise, pois quanto mais célere for a delimitação do perímetro, mais eficaz será o controle da situação. E consiste em três ações distintas:

- (A) Preparar, negociar e solicitar apoio.
- (B) Reforçar, isolar e aguardar.
- (C) Conter, isolar e estabelecer contato/negociar.
- (D) Retirar, liberar e avisar imprensa.

32

Dentre as alternativas táticas delineadas no Protocolo de Contingenciamento em Cenários de Crise, está a negociação. Segundo Monteiro (1994), a negociação é quase tudo no gerenciamento de crises: “gerenciar crises é negociar, negociar e negociar. E quando ocorre de se esgotarem todas as chances de negociações, deve-se ainda tentar negociar mais um pouquinho...”. São tipos de negociação:

- (A) Real e tática.
- (B) Teórica e prática.
- (C) Técnica e empírica.
- (D) De comprometimento e não letal.

33

Ao enfrentar uma crise onde se inicia um processo de negociação, é considerada reivindicação inegociável:

- (A) Fornecimento de água.
- (B) Substituição de refém.
- (C) Liberação de refém.
- (D) Manutenção da direção.

34

Para uma ação funcional, torna-se fundamental a definição de atribuições gerais dos envolvidos no evento de crise em estabelecimentos penais. Nesse sentido, é uma atribuição do “chefe de equipe”:

- (A) Acompanhar os eventos no teatro de operações, e realizar gestões no fornecimento de recursos humanos, materiais e logísticos necessários, para o desenvolvimento das ações de gerenciamento de crises.
- (B) Considerar a necessidade de manter ou desocupar os postos fixos.
- (C) Coletar e registrar a relação de presos envolvidos e servidores que testemunharam o sinistro.
- (D) Assessorar diretamente o Gerente da Operação.

35

A classificação dos cenários das Unidades Prisionais, de acordo com o grau de tensão ou instabilidade, visa fornecer subsídios para atuação adequada nos mais diversos momentos pelos quais possa passar uma Unidade Prisional. Acerca da classificação adotada no Protocolo, é utilizada uma classificação por:

- (A) Cores.
- (B) Níveis numéricos.
- (C) Autoridades.
- (D) Graus.

Noções Gerais do Estatuto do Servidor

36

Sobre a Licença Capacitação de que trata o art. 162 da Lei 20.756/2020 e regulamentada pela Decreto 9.738/2020, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Para ter direito à licença de capacitação de 90 dias, o servidor precisa participar de capacitação acima de 180 horas.
- (B) Os períodos de licença capacitação só são acumuláveis até o limite de 2 (duas) licenças.
- (C) Se o servidor não usufruir a licença capacitação quando ainda está em atividade, lhe é assegurada por lei a respectiva conversão em pecúnia.
- (D) É devida para efetivos, comissionados e contratados temporariamente nos termos da Lei 20.918/2020.

37

Sobre as regras das Férias previstas na Lei 20.756/2020, marque a alternativa INCORRETA:

- (A) Para o primeiro período aquisitivo de férias, serão exigidos 12 (doze) meses de exercício, computado o tempo de serviço prestado anteriormente à administração estadual direta, autárquica e fundacional, desde que entre os períodos não haja interrupção de exercício por prazo superior a 30 (trinta) dias.
- (B) As férias podem ser parceladas em até 3 (três) períodos, desde que nenhum seja inferior a 5 (cinco) dias.
- (C) As férias somente poderão ser acumuladas até o máximo de 2 (dois) períodos, no caso de necessidade do serviço, sob pena de serem concedidas de ofício, ressalvadas as hipóteses previstas em legislação específica.
- (D) As faltas injustificadas são deduzidas do respectivo período de gozo das férias.

38

Sobre a Jornada de Trabalho do servidor civil do Poder Executivo estadual, levando-se em consideração as regras gerais previstas no Estatuto (Lei 20.756/2020), marque a alternativa CORRETA:

- (A) Salvo disposição legal em contrário, o servidor cumprirá jornada de trabalho de, no máximo, 8 (oito) horas diárias, 44 (quarenta e quatro) horas semanais e 210 (duzentas e dez) horas mensais, assegurado descanso semanal remunerado mínimo de vinte e quatro horas consecutivas.
- (B) Os servidores ocupantes de cargos de provimento em comissão ou designados para função comissionada estão sujeitos, qualquer que seja seu cargo ou emprego de origem, à jornada de 8 (oito) horas diárias de trabalho, regime de integral dedicação ao serviço, podendo ser convocados sempre que houver interesse da Administração, excetuando-se os casos em que a redução de jornada prevista no § 3º do art. 74 se aplica.
- (C) O servidor que percebe remuneração inferior a 2 (dois) salários-mínimos, tem sua jornada de trabalho reduzida para 6 (seis) horas diárias, a ser prestada, preferencialmente, das 12 (doze) às 18 (dezoito) horas.
- (D) O tempo de trabalho em efetiva atividade de teleatendimento, telefonista ou telemarketing é de, no máximo, 4 (quatro) horas diárias, com 2 (dois) intervalos de 10 (dez) minutos após os primeiros e antes dos últimos 60 (sessenta) minutos de trabalho.

39

Sobre os benefícios previstos na Lei 20.756/2020, marque a alternativa CORRETA:

- (A) O auxílio alimentação é devido, mensalmente, a todos os servidores, independentemente do valor de sua remuneração ou subsídio.
- (B) Será pago auxílio-funeral à família do servidor civil ou militar que falecer, ainda que aposentado ou em disponibilidade, em valor correspondente a 3 (três) vezes o menor vencimento de cargo de provimento efetivo dos Quadros estaduais com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais.
- (C) A assistência pré-escolar no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais) é devida a todos os servidores civis ou militares que possua dependente em idade escolar.
- (D) O adicional noturno de 20% (vinte por cento) é devido aos servidores não remunerados por subsídio que prestam serviço noturno, compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte.

40**Sobre as licenças previstas no Estatuto dos Servidores Cíveis (Lei 20.756/2020), assinale a alternativa INCORRETA:**

- (A) A licença para tratamento de saúde será concedida de ofício ou a pedido do servidor, com base em perícia médica oficial, por período não excedente a 24 (vinte e quatro) meses.
- (B) A licença-paternidade é de 20 (vinte) dias com a remuneração ou o subsídio do cargo, em razão de nascimento de filho, adoção conjunta ou obtenção de guarda judicial para fins de adoção conjunta de criança ou adolescente, mediante apresentação de documento oficial comprobatório do nascimento ou termo oficial de adoção ou guarda.
- (C) Após a edição da Lei 20.756/2020, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis do Estado de Goiás, não é mais devida a licença por motivo de doença em pessoa da família.
- (D) Ao servidor exclusivamente ocupante de cargo de provimento em comissão poderão ser concedidas as seguintes licenças: para tratamento de saúde, por motivo de doença em pessoa da família, maternidade e paternidade.

41**Sobre o pagamento do Adicional Noturno de que trata o art. 125 da Lei 20.756/2020, assinale a alternativa CORRETA:**

- (A) O adicional noturno poderá ser pago para todos os servidores, inclusive para aqueles remunerados por subsídio.
- (B) É considerado serviço noturno, aquele prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte.
- (C) O serviço noturno terá o valor-hora acrescido de 15% (quinze por cento), computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.
- (D) Em se tratando de serviço extraordinário, não será devido acréscimo sobre o valor-hora do serviço noturno.

42**Sobre a licença para tratar de interesses particulares de que trata o art. 163 da Lei 20.756/2020, assinale a alternativa CORRETA:**

- (A) Sendo requerida, a Administração é obrigada a conceder ao servidor estável a licença para tratar de interesses particulares pelo prazo de 3 (três) anos consecutivos.
- (B) A licença poderá ser interrompida a pedido do servidor a qualquer tempo.
- (C) Na hipótese de interrupção da licença a pedido do servidor, a administração definirá a sua data de efetivo exercício, a qual ocorrerá até 30 (trinta) dias da data do pedido de retorno.
- (D) A licença para tratar de interesses particulares pode ser concedida para servidores efetivos durante o estágio probatório.

43**Sobre a Licença-Maternidade de que trata o art. 147 da Lei 20.756/2020, assinale a alternativa INCORRETA:**

- (A) Para fins de concessão da licença-maternidade, o período da gestação é computado em semanas.
- (B) A licença-maternidade, não remunerada, é concedida por 180 (cento e oitenta) dias, à servidora gestante e àquela que adotar ou obtiver a guarda judicial para fins de adoção de criança ou adolescente.
- (C) Salvo prescrição médica em contrário, caso em que poderá ser antecipada em até 28 (vinte e oito) dias do parto, a licença será concedida a partir da 36ª (trigésima sexta) semana gestacional, por prescrição médica.
- (D) No caso de aborto ocorrido entre a 1ª (primeira) e a 20ª (vigésima) semana gestacional atestado pela Junta Médica do Estado, a servidora terá direito a 30 (trinta) dias de licença-maternidade.

44

Sobre a movimentação de pessoal, considerando as regras dispostas na Lei 20.756/2020, marque a alternativa INCORRETA:

- (A) Existem 3 (três) tipos de movimentação previstas no Estatuto: Remoção, Disposição e Cessão.
- (B) Remoção é a alteração da lotação do servidor dentro do mesmo órgão, ocorrendo por exemplo, quando servidor é transferido da Gerência "A" para a Gerência "B".
- (C) Disposição é a alteração temporária da lotação do servidor para outro Poder, município, estado ou para a União.
- (D) Cessão é a transferência temporária para outro Poder, município, estado ou para a União.

45

Sobre as regras de pagamento do décimo-terceiro previstas no art. 118 da Lei 20.756/2020, marque a alternativa CORRETA:

- (A) O décimo-terceiro salário será pago ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo, no mês de seu aniversário, na forma de adiantamento, com a observância das normas federais previdenciárias e tributárias aplicáveis à espécie e na forma do regulamento.
- (B) O décimo terceiro salário será integral se o beneficiário houver ingressado até o dia 15 do mês de janeiro do ano a que se refere o benefício e, se não for implementada essa condição, será proporcional, com o desconto de 1/11 (um onze avos) a cada mês do período sem vínculo com o Estado.
- (C) O décimo-terceiro salário é extensivo aos servidores inativos e aos pensionistas, contudo o seu pagamento ocorre somente no mês de dezembro de cada exercício.
- (D) O décimo-terceiro salário é considerado no cálculo do adicional de férias, caso este seja pago no mês de aniversário do servidor.

46

Sobre Assistência pré-escolar de que trata o art. 111 da Lei 20.756/2020, marque a alternativa INCORRETA:

- (A) Na hipótese de ambos os genitores serem servidores estaduais, o benefício será pago ao que percebe menor remuneração.
- (B) O pagamento será suspenso quando o servidor estiver em gozo de qualquer licença ou afastamento não remunerado.
- (C) É concedida ao servidor que tenha dependente na faixa etária de 6 meses a 5 anos de idade ou pessoa com deficiência, e possua remuneração ou subsídio no valor de até R\$ 5. 500,00 (cinco mil e quinhentos reais).
- (D) No caso de dependente que seja pessoa com deficiência, não será considerada a idade cronológica, desde que seu desenvolvimento biológico, psicossocial e motor corresponda à idade mental relativa à faixa etária de 6 meses a 5 anos de idade, com a devida comprovação pela Junta Médica Oficial do Estado.

47

Sobre as regras transitórias de acumulação de férias previstas no art. 294 da Lei 20.756/2020, marque a alternativa INCORRETA:

- (A) A concessão de ofício das férias do servidor que acumular mais de 2 (dois) períodos, no caso de necessidade do serviço, será realizada após 72 (setenta e dois) meses da vigência da Lei 20.756/2020.
- (B) Durante o prazo transitório estipulado no caput do artigo 294 da Lei 20.756/2020, o servidor deverá usufruir dos períodos de férias já acumulados, bem como daqueles que vierem a ser adquiridos ao longo do referido lapso.
- (C) A partir do término do prazo transitório estabelecido no caput do artigo 294 da Lei 20.756/2020, não poderão ser acumulados mais que 2 (dois) períodos aquisitivos.
- (D) A não concessão das férias de ofício pelo titular do órgão ou da entidade, nos prazos estabelecidos, implica a responsabilização desse agente, considerada a possibilidade de o acúmulo indevido de férias gerar obrigações de pagamentos de indenizações pelo Poder Público.

48

Sobre a redução de carga horária prevista no art. 76 da Lei 20.756/2020, marque a alternativa INCORRETA:

- (A) É facultado ao servidor público da administração direta, autárquica e fundacional do Poder Executivo ter sua carga horária reduzida em em $\frac{1}{4}$ (um quarto) com redução de sua remuneração ou subsídio na mesma proporção.
- (B) A nova remuneração não poderá ser inferior ao valor do salário mínimo.
- (C) O período requerido precisa ser entre 6 (seis) e 18 (dezoito) meses, podendo ser prorrogado;
- (D) A redução da carga horária é devida a servidores estáveis, ou seja, efetivos e empregados públicos.

49

Sobre as regras de controle de frequência previstas no Estatuto (Lei 20.756/2020), marque a alternativa INCORRETA:

- (A) Salvo nos casos previstos em lei e regulamento, é vedado dispensar o servidor do registro do ponto e abonar faltas ao serviço.
- (B) Excetuados os ocupantes de cargos em comissão de direção, chefia e assessoramento superior da estrutura básica, todos os servidores estão sujeitos à prova de pontualidade e frequência mediante o sistema de marcação de ponto.
- (C) A frequência do servidor da administração direta, autárquica e fundacional será apurada por meio do sistema de ponto eletrônico em que serão registradas, diariamente e a cada turno, a entrada e a saída do servidor em seu local de trabalho, salvo as hipóteses previstas em regulamento.
- (D) Devido à natureza das atividades desempenhadas, todos os servidores de provimento em comissão estão dispensados da prova de pontualidade e frequência mediante o sistema de marcação de ponto, cabendo apenas o atesto da chefia imediata.

50

Sobre as regras para o pagamento de indenização de Férias para ocupantes de cargos comissionados, conforme previstas no § 5º e seguintes do art. 128 da Lei 20.756/2020, marque a alternativa CORRETA:

- (A) A indenização poderá ser de período integral ou proporcional das férias e terá como base a remuneração devida ao servidor no mês de ocorrência do efetivo pagamento.
- (B) O pagamento da indenização é somente do excedente a 2 (dois) períodos aquisitivos e é devido somente aos ocupantes de cargos de provimento em comissão integrantes das estruturas básica e complementar que, por necessidade do serviço, não tiverem condições de usufruir as férias e desde que autorizado pelo titular do órgão de lotação.
- (C) A indenização é devida a qualquer servidor ocupante de cargos de provimento em comissão, inclusive os não integrantes de estrutura básica ou complementar, desde que seja excedente a 2 (dois) períodos aquisitivos.
- (D) No caso de titular de órgão ou entidade, a autorização para o pagamento da indenização compete ao Secretário-Chefe da Secretaria-Geral de Governo.

